



O Plenário do Senado ontem: em busca de acordo para a pauta de votações, que inclui indicação de autoridades e mudança no sistema de análise de vetos presidenciais

Líderes definem com Renan a pauta de votações

Em busca de acordo para a pauta de votações, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se hoje, às 11h, com os líderes partidários. A Comissão Mista de Orçamento também faz reunião para discutir seu calendário. **Páginas 3 e 5**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.451 – Brasília, terça-feira, 5 de setembro de 2006



John Briscoe (E) conversa com o presidente do Senado, Renan Calheiros

Brasil não é corrupto, afirma diretor do Banco Mundial

O diretor do Banco Mundial (Bird), John Briscoe, disse ontem que o Brasil está em processo de combate à corrupção. Ele defendeu, contudo, a melhoria do funcionamento do setor público. **Página 7**

Vedoin depõe hoje no Conselho de Ética

Empresário responderá a perguntas sobre suposta participação de três senadores no esquema de compra de ambulâncias superfaturadas

A partir das 11h30, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado deve ouvir o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio-proprietário da Planam, sobre o esquema investigado pela CPI dos Sanguessugas. Também prestarão depoimento o pai e sócio de Luiz Antônio na Planam, Darci Vedoin, e o empresário

Ronildo Medeiros. O conselho pretende ouvir nesta semana dez pessoas sobre o esquema. Ontem, em Plenário, Ney Suassuna contestou matéria da revista *Veja* segundo a qual ele teria ameaçado com dossiês os senadores José Sarney, Renan Calheiros e Romeu Tuma. “O que quero é justiça e que ela seja célere”, afirmou. **Página 6**

Importação de pneus usados

Projeto que trata da importação de pneus usados será discutido pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 3**

Em debate, a ação da Polícia Federal

Ideli Salvatti aplaude atos da Polícia Federal. Mas Alvaro Dias condena eventual uso eleitoral dessas ações. **Página 7**



Representantes das emissoras, como João Saad (2º à esq.) e Evandro Guimarães (2º à dir.) participam dos debates com os conselheiros

Comunicação pode ter novo marco regulatório

A atualização das leis que regem as atividades de comunicação no país foi discutida em audiência realizada ontem pelo Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso. **Página 8**

Renan recebe Horacio López para discutir, entre outros assuntos, liberação de obras na hidrovía Paraguai-Paraná

Presidente da Comissão de Transporte da Bacia do Prata visita Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje Horacio López, presidente da Comissão Permanente de Transportes da Bacia do Prata. A espinha dorsal dessa bacia é a hidrovía Paraguai-Paraná, que se estende do Porto de Cáceres (MT) a Nova Palmira, no Uruguai, eixo fluvial considerado básico para a integração dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O papel dessa bacia, como opção de escoamento natural de cargas em direção aos mercados regionais e internacionais, é valorizado como instrumento que permite aos países interioranos acesso ao mar.

Em 1992, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovía Paraguai-Paraná, regulamentando as atividades de navegação nessa hidrovía. O objetivo é que as embarcações que ali trafegam não precisem se submeter a diferentes leis em cada trecho dos cinco países.

Treze regulamentos desse acordo já foram aprovados. Apenas os dois mais recentes – Regime Uniforme sobre a Praticagem na Hidrovía e Planos de Formação e Capacitação para o Pessoal Embarcado da Hidrovía – ainda não foram incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.

Para o Comitê Intergovernamental

Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), a hidrovía é mais importante, política e economicamente, do que o tratamento que tem recebido. O CIC defende a realização de obras necessárias para o curso fluvial funcionar ininterruptamente. Mas, em Mato Grosso, o Ministério Público ajuizou ação, já acolhida pela Justiça Federal, que impede qualquer obra na hidrovía Paraguai-Paraná enquanto não for efetuado um estudo de impacto ambiental na sua zona de influência, o que inclui o Pantanal. Os Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes estão trabalhando em contato com o Judiciário para encontrar uma solução que permita melhorar a hidrovía sem afetar o ecossistema.

HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ



Fonte: Confederação Nacional da Indústria

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem quatro PECs na pauta de votações

A sessão começa às 14h. Estão em pauta propostas de emendas constitucionais, como a que obriga o presidente a participar de todas as sessões de abertura do ano legislativo (PEC 64/99). Os senadores também podem analisar medidas provisórias encaminhadas pela Câmara dos Deputados, de acordo com os resultados das sessões da outra Casa Legislativa.



Conselho ouve depoimentos de sócios da Planam e CPI tem reunião às 15h

O Conselho de Ética do Senado reúne-se às 11h30 para ouvir os empresários Luiz Antônio Trevisan Vedoin e seu pai, Darci José Vedoin. Os dois são donos da Planam, empresa acusada de comercialização de

ambulâncias superfaturadas. Também está previsto o depoimento do empresário Ronildo Medeiros, outro sócio da Planam. Às 15h, a CPI dos Sanguessugas tem reunião administrativa.

CMO vota avisos com relatórios do TCU e CAE, projetos sobre IR

A Comissão de Assuntos Econômicos se reúne às 10h para votar emenda ao projeto (PLS 397/99) que regula a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes

dos benefícios tributários, financeiros e creditícios previstos na Constituição. Outro projeto (PLS 313/03) isenta do Imposto de Renda os maiores de 80 anos. Às 14h30, a Co-

missão Mista do Orçamento (CMO) vai analisar avisos com relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco Central, entre outros, e mensagens do Executivo.

CMA discute colocação de pneus no mercado interno

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 11h30 para analisar proposta que define exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no

mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil. No mesmo horário, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se para discutir propostas que tratam da dívida rural.

Meia-entrada em pauta na CE

Às 10h, a Comissão de Educação discute a meia-entrada em produções e espetáculos culturais, em audiência pública convocada pela Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Amanhã, às 10h30, a comissão analisa projetos de decretos legislativos sobre outorga e renovação da concessão de serviços de radiodifusão.



Mais prazo para plano diretor

Às 12h tem início reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), destinada à votação de três projetos de lei. O primeiro item da pauta é a proposição que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) a fim de prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.

Novos embaixadores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 14h em audiência pública para debater o ensino profissionalizante no Brasil. Às 9h30, os senadores da Comissão de Relações Exteriores (CRE) decidem sobre as indicações para chefias das embaixadas brasileiras nas Bahamas e no Zâmbia.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Paulo Paim e pela senadora Iris de Araújo

Mais uma comissão analisa regra para comercialização de pneus

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado também vai deliberar sobre o projeto que trata da importação de pneus usados. O Plenário da Casa aprovou ontem requerimento solicitando que a CAE possa tratar da matéria, que tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O requerimento foi apresentado pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Heráclito Fortes (PLF-PI).

A proposta (PLS 216/03), de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR), determina que as empresas que vendem pneus novos ou usados no mercado brasileiro – sejam importadoras ou fabricantes nacionais – cumpram exigências de caráter ambiental. Mas o foco das discussões se concentra sobre a importação dos produtos usados: de um lado, há os fabricantes de pneus novos, contrários às importações dos usados; de outro, os importadores que adquirem os pneus velhos a baixo custo visando ao seu reprocessamento.

E há ainda a questão ambiental. A principal matéria-prima utilizada para a fabricação de



Segundo Flávio Arns, autor da proposta, o tema divide o Congresso Nacional

pneus, a borracha vulcanizada, não se degrada facilmente e tem grande potencial poluidor. Para os que são contra a importação de pneus usados, a compra desses itens aumentaria a velocidade de descarte – até mesmo porque parte dos pneus velhos importados já não serviria nem para o reprocessamento –, prejudicando o meio ambiente.

Ao defender seu projeto, Flávio Arns argumenta que não há uma legislação específica para o mercado de pneus, mas, sim, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que não teriam poder de lei.

Aelton apóia investimentos em pesquisa para produção de biodiesel

Aelton Freitas (PL-MG) comemorou ontem o anúncio feito na última semana pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, de que serão investidos pelo governo, até 2008, R\$ 355 milhões na pesquisa e no desenvolvimento de biocombustíveis, num esforço que envolverá O Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Petrobras e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A expectativa é de que os investimentos representem uma economia de aproximadamente US\$ 160 milhões por ano para o país.

Aelton defendeu a utilização do biodiesel, destacando suas vantagens para a economia nacional. Ele pediu que o governo continue somando esforços com vistas à produção do biocombustível, que seria, além de tudo, uma opção viável para a melhoria de renda de pequenos e médios produtores.

O senador explicou que as melhores perspectivas para o biodiesel no Brasil estão relacionadas especialmente ao crescente interesse dos setores alcooleiro e frigorífico. No caso do setor al-



Programa é opção de renda para pequenos produtores, diz Aelton Freitas

cooleiro, a produção de biodiesel representaria um destino para as oleaginosas produzidas nas terras, em período de rotação com a cana. Além disso, o mercado de equipamentos já demonstrou interesse em instalar unidades de biocombustível anexas às usinas de álcool e açúcar, utilizando o metanol e o etanol.

Os frigoríficos também teriam vantagens devido à produção de sebo bovino. O investimento no biocombustível garantiria a melhor utilização do produto, além da agregação de valor, pois um quilo de sebo produz a mesma quantidade de biocombustível que um quilo de óleo de soja.

Se prevalecer proposta de início dos trabalhos apenas em outubro, colegiado deverá adotar rito sumário na tramitação, de forma a concluir o processo até 15 de dezembro

CMO define hoje se examina Orçamento antes das eleições

Com a chegada ao Congresso do projeto da lei orçamentária (LOA) para 2007, na última quinta-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) começa a definir hoje o cronograma de tramitação da matéria. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) está entre os integrantes do colegiado que sustentam não haver clima para o início do exame da proposta antes do primeiro turno das eleições, em 1º de outubro.

– Não vejo condições para o início dos debates em pleno calor das campanhas – avalia.

A prevalecer a idéia de um cronograma de trabalhos que tenha início só depois do primeiro turno das eleições, a CMO terá de adotar rito sumário de tramitação, pois só restarão dois meses e meio para a aprovação do Orçamento na atual sessão legislativa, que termina em 15 de dezembro. O prazo de tramitação pode ser ainda mais curto – de apenas um mês e meio –, caso os parlamentares se mantenham mobilizados em função de desdobramento das campanhas no segundo turno.

A demora na votação pode decorrer, ainda, de eventuais impasses em relação ao próprio



Comissão de Orçamento pode decidir também sobre verba suplementar para Educação

conteúdo da proposta. Na sexta-feira, Heráclito e Paulo Paim (PT-RS), por exemplo, adiantaram o propósito de defender um salário mínimo acima de R\$ 400. Na proposta orçamentária, o valor previsto é de R\$ 375.

Educação

Na reunião de hoje, a CMO deverá também retomar a votação de matérias em pauta, entre as quais projeto encaminhado pelo Executivo com pedido de crédito suplementar de R\$ 641,5 milhões para reforço de dotações do Ministério da Educação (PLC-CN 4/06).

Com parecer favorável do relator, deputado Walter Pinheiro (PT-BA), a proposta reserva R\$

550 milhões para a educação básica, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os outros R\$ 91,5 milhões vão para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), destinados a financiar bolsas para cem mil alunos no segundo semestre.

Deve ser votado ainda requerimento do presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), para que seja criado comitê permanente de avaliação das informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves apontadas em relatórios do Tribunal de Contas da União.

Paim quer reajuste do mínimo baseado na inflação e no PIB

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em discurso no Plenário, a adoção de uma política permanente de reajuste para o salário mínimo, que está em discussão na Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Pela proposta, o piso salarial seria reajustado de acordo com o índice anual de inflação e com o dobro do crescimento do produto interno bruto (PIB).

Paim lembrou que o governo federal está prevendo um crescimento do PIB da ordem de 4%, acrescentando que a inflação poderá ficar, ao longo de 12 meses, em torno de 3,5%, o que elevaria o salário mínimo, em 2007, para R\$ 406, valor superior aos R\$ 375 previstos inicialmente pelo Executivo na proposta da Lei

Orçamentária Anual (LOA) enviada ao Congresso Nacional na semana passada.

Para o senador, é possível conseguir um reajuste ainda maior para o mínimo, após a discussão do assunto no Congresso.

– É bom lembrar que o reajuste concedido no ano passado foi bem maior que a inflação e o dobro do [crescimento do] PIB – afirmou.

Ele defendeu ainda a concessão do mesmo índice de reajuste do salário mínimo às aposentadorias e pensões. Paim ainda criticou os planos de saúde por terem elevado de maneira desproporcional a mensalidade de associados idosos nos últimos anos.

Fundeb

O senador pelo Rio Grande do



Índice de aumento deve ser aplicado às aposentadorias, defende Paulo Paim

Sul convidou os parlamentares a participarem de audiência pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A audiência, a ser realizada hoje, às 14h, deverá contar com a presença de representantes de centrais e sindicatos de trabalhadores, além de profissionais da área de educação.



Solicitação feita ao governo federal em 2004 continua sem resposta, afirma Simon

Simon cobra autorização de empréstimo do Bird ao Rio Grande do Sul

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem em Plenário que o governo federal autorize a reestruturação da dívida do Rio Grande do Sul com a União e sua transformação em empréstimos junto ao Banco Mundial (Bird). A medida foi solicitada ao Tesouro Nacional em 2004 e até agora está sem resposta por parte do governo.

Caso seja autorizada, informou, a negociação pode diminuir pela metade os juros pagos pelo Rio Grande do Sul e gerar economia de centenas de milhões de reais ao estado.

Simon explicou que o diretor do Bird para a América Latina e Caribe, Vinod Thomas, enviou ofício, em meados de 2004,

demonstrando interesse da entidade na transação. O senador registrou ainda que, também em 2004, o secretário de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul encaminhou correspondências aos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão explicando o caso e solicitando apoio e

atenção ao pleito. Até o próprio governador gaúcho Germano Rigotto, acrescentou Simon, já pediu a liberação tanto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto ao Ministério da Fazenda e ao Tesouro Nacional.

– O governo federal não permite para dificultar o governo do Rio Grande do Sul – observou.

Marcos Guerra cobra medidas de apoio ao setor têxtil do país

Marcos Guerra (PSDB-ES) informou ao Plenário que mais de cem sindicatos de patrões e empregados do setor têxtil e de confecções estavam fazendo, ontem, manifestações em todo o país, em protesto contra a entrada indiscriminada e maciça de produtos importados a preços extremamente baixos, principalmente da China.

O senador disse que os contrabandistas de têxteis oferecem mercadorias a preços que mal passam de 10% do valor de mercado. Ele advertiu que o setor foi obrigado a demitir, nos últimos quatro anos, 260 mil empregados, e pode dispensar outros 940 mil até 2010 se o governo não adotar medidas de apoio à área.

O representante capixaba, que tem denunciado as dificuldades do setor, lamentou o fato de o governo até agora não ter anunciado nenhuma medida para minimizar os problemas das empresas nacionais. Lembrou que o presidente Lula prometeu recentemente examinar as reivindicações.

Para Marcos Guerra, o maior entrave está na valorização do real, que encarece o produto brasileiro, resultando em perda de espaço nas exportações aos Estados Unidos e Europa. Ele reclamou do governo posições mais enérgicas nas negociações com os norte-americanos e europeus. Em aparte, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) advertiu que o problema começa a aparecer em quase todos os setores da economia do país.



Produto importado é vendido a preço bem inferior ao de mercado, diz Marcos Guerra

Mesquita Júnior: riqueza da Amazônia deve beneficiar o povo

Senador quer preservação com distribuição de renda e critica a exploração dos recursos naturais feita na região, “que enriquece meia dúzia e empobrece milhões de pessoas”

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que a exploração econômica dos produtos naturais da Amazônia brasileira precisa beneficiar a população nativa, em vez de “enriquecer meia dúzia de pessoas”. Ele citou entrevista da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, na qual a estudiosa afirma que a exploração econômica deve conciliar preservação com distribuição de renda.

Mesquita Júnior recordou que, em 1876, sementes da seringueira amazônica foram contrabandeadas para a Inglaterra. Logo depois, acrescentou, cultivos de seringueiras foram introduzidos na Malásia, então colônia britânica, o que ajudou a acabar com o quase monopólio brasileiro até então na produção de látex. O senador, que alerta para o risco



Mesquita Júnior pede apoio do governo federal para evitar a biopirataria

de contrabando de sementes e plantas da Amazônia ainda hoje, pede mais atenção do governo federal com a região.

– Quem me garante que o mesmo fato não tem ocorrido em relação, por exemplo, à nossa castanheira, que produz a castanha-do-pará, da qual o Acre ainda é um grande produtor? – indagou.

Geovani destaca evento sobre a proteção jurídica da floresta

Os resultados do Congresso Internacional de Proteção Jurídica da Biodiversidade na Amazônia, realizado em junho na capital do Amapá, Macapá, foram abordados ontem pelo senador Geovani Borges (PMDB-AP), que ressaltou a ameaça da exploração não-sustentada da floresta e da biopirataria na região.

O senador anunciou que os participantes do congresso firmaram dois documentos. O primeiro, disse, intitulado Carta Amazônica da Biodiversidade, é um conjunto de recomendações para o reconhecimento do homem amazônico – o indígena e os membros das comunidades locais tradicionais

– como o elemento mais importante da natureza da Amazônia.

O texto, continuou, aponta para a característica supranacional da floresta, para a necessidade de educar as populações locais sobre a biodiversidade e para a urgência em formar uma mentalidade jurídica própria à proteção dos ecossistemas, ao combate à biopirataria e à compatibilização dos interesses das comunidades amazônicas, privilegiando o associativismo e o cooperativismo.

– O segundo documento propõe os delineamentos de um anteprojeto de convenção bilateral França-Brasil, versando sobre a

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Nas últimas décadas, continuou o senador, nenhum dos governos federais do país priorizou a população local da Amazônia ou a preservação da floresta. Segundo disse, os projetos de exploração de minérios e da borracha (látex) beneficiaram poucas pessoas, “empobrecendo sobremaneira a população”. Na opinião de Mesquita Júnior, o governo federal deve desenvolver tecnologia e conhecimento científico para que a Amazônia possa conciliar preservação com exploração.

– Mas exploração que resulte no benefício das nossas populações e não em explorações que enriquecem meia dúzia e empobrecem milhões de pessoas naquela nossa região – frisou.

Mesquita Júnior foi apoiado em partes por Jefferson Péres (PDT-AM), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Augusto Botelho (PDT-RR).



Congresso internacional preconiza ação conjunta Brasil-França, diz Geovani Borges

biodiversidade e o desenvolvimento sustentável – explicou.

Geovani Borges destacou ainda a formação de um grupo de juristas, que terá a direção conjunta do desembargador Gilberto Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Amapá, e de Michel Prieur, do Centro de Direito Ambiental da Universidade de Limoges, França, com o apoio de instituições dos dois países.



Suplicy vê na suspensão das demissões possibilidade de se chegar a acordo

Suplicy apela por entendimento entre Volks e sindicato

Eduardo Suplicy (PT-SP) dirigiu ontem, em discurso no Plenário, um apelo à Volkswagen e ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista para que tentem construir um acordo equilibrado, que respeite os anseios de ambas as partes, na negociação das 1.800 demissões anunciadas pela empresa dias atrás.

O parlamentar defendeu esse acordo em prol do desenvolvimento da indústria automobilística nacional e dos trabalhadores da Volkswagen no Brasil.

Segundo comentou, os prováveis demitidos, alguns com mais de 20 anos de serviço, foram comunicados da decisão da empresa por carta. O fato levou os empregados da Volks a iniciarem uma greve, suspensa ontem, justamente para viabilizar um acordo. Suplicy também viu como um movimento nessa direção a decisão da empresa de sustar as demissões.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) acusou o governo Lula de ter-se omitido diante da situação, em vez de dirigir uma palavra de tranquilidade e consolo aos trabalhadores. Paulo Paim (PT-RS) informou ter entrado em contato com o sindicato dos metalúrgicos e aberto a possibilidade de discutir a crise da Volkswagen em audiência no Senado.

Suplicy comentou o artigo “Volkswagen: momento de impasse”, do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijó, publicado recentemente na *Folha de S. Paulo*.

Sérgio Guerra defende Jereissati e Plenário aprova repúdio a Berzoini

Sérgio Guerra (PSDB-PE) repudiou declarações do deputado federal e presidente do PT, Ricardo Berzoini (SP), contra o ex-governador e ex-senador pelo Ceará Carlos Jereissati, pai do senador Tasso Jereissati (CE), presidente do PSDB. Berzoini declarou, em entrevista ao site *Folha Online*, que Carlos Jereissati “sofreu acusações pesadas há 50 anos no jornal *O Globo*”. Carlos Jereissati morreu em 1963, aos 46 anos, de um ataque cardíaco.

Sérgio Guerra leu nota em que o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirma que o governo Lula praticou “um ato de desfaçatez ao atacar familiares de opositores, inclusive aqueles que já faleceram”. Para Sérgio Guerra, a entrevista de Berzoini “é deplorável, mas não atingiu nem ao senador Jereissati nem



Sérgio Guerra critica ataque do presidente do PT ao pai de Jereissati, já falecido

ao estado do Ceará”. Segundo o parlamentar, “Carlos Jereissati é uma referência política naquele estado”. O senador recebeu apoio de Patrícia Saboya (PSB-CE) e José Jorge (PFL-PE).

Depois do pronunciamento de Sérgio Guerra, o Plenário aprovou requerimento de voto de repúdio a Berzoini. O senador Tasso Jereissati agradeceu a solidariedade que recebeu dos seus pares.

Para Ideli, oposição faz debate de baixo nível durante a campanha

Ao comentar requerimento de voto de repúdio, aprovado em Plenário, a declarações do presidente do PT, Ricardo Berzoini, contra o pai do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Ideli Salvatti (PT-SC) reclamou do baixo nível dos debates políticos durante a campanha eleitoral.

Citando reportagens de jornais, Ideli afirmou que os ataques de membros da oposição com o objetivo de atingir o governo federal, em vez de produzir os danos esperados, têm levado à diminuição dos índices de popularidade dos acusadores.

– Eu acho que pelo menos isso

deveria estar fazendo com que as pessoas refletissem a respeito do comportamento e do debate no processo eleitoral – disse.

Ideli apontou a desestruturação da política tradicional provocada por programas como o Bolsa Família. Ela também destacou a importância da criação do Ministério das Cidades permitindo que prefeitos obtenham verbas federais sem necessidade de intermediação de deputados e senadores.

Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) considerou indefensável a crítica de Berzoini ao pai de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Para Heráclito, argumentação de Ideli é “samba do crioulo doido”

Heráclito Fortes (PFL-PI) chamou de “samba do crioulo doido” a defesa que Ideli Salvatti (PT-SC) fez do presidente do PT, Ricardo Berzoini, que classificou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) de preconceituoso e falou sobre “acusações pesadas” que o jornal *O Globo* teria publicado há 50 anos contra Carlos Jereissati, pai do parlamentar cearense.

Heráclito disse que Ideli, ao tecer analogia com o fato de Berzoini comparar acusações contra o pai de Jereissati com a cobrança da oposição para que seja esclarecida a morte de Celso Daniel (ex-prefeito petista de Santo André), faz com que ele sinta saudades de Stanislaw Ponte



Heráclito: explicações da líder para declaração de Berzoini são impropriedades

Preta (pseudônimo do jornalista Sérgio Porto, criador do *Samba do crioulo doido*).

O senador lembrou que Carlos Jereissati morreu de enfarte na década de 60, enquanto Celso Daniel foi encontrado morto em circunstâncias ainda não elucidadas.

Indicações para embaixadas, proposta que muda análise de vetos presidenciais e projeto que torna impenhoráveis máquinas agrícolas podem entrar na pauta

Renan se reúne com líderes em busca de acordo para votações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reúne hoje, às 11h, com os líderes partidários para definir os projetos que deverão entrar na pauta de deliberações do Plenário e tentar viabilizar as votações. A ordem do dia está desbloqueada.

Entre as matérias que poderão ser votadas na sessão de hoje estão indicações de embaixadores e a Proposta de Emenda à Constituição 57/05, que determina o sistema bicameral – separadamente na Câmara e no Senado – para apreciação dos vetos presidenciais. O primeiro signatário é o senador Marco Maciel (PFL-PE).

Outra matéria que pode ser vo-



Plenário realiza esta semana último esforço concentrado antes das eleições

tada é o projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que torna impenhoráveis máquinas e equipamentos agrícolas, e outro, da Câmara,

que permite o parcelamento de imóveis de dimensão inferior a um módulo rural. Ambos favorecem a agricultura familiar.

Povo se beneficia dos avanços do governo Lula, afirma Saturnino

Roberto Saturnino (PT-RJ) leu ontem, da tribuna, artigo não publicado de sua autoria em que analisa os três estágios para a formação de uma nação: povo, território e Estado. Segundo o senador, o presidente Lula está implantando o terceiro estágio desse projeto de nação, que seria a incorporação do povo ao processo ou “à distribuição do bolo sem esperar o crescimento”.

Ele salientou que o terceiro estágio avança, apesar da “grita e da reverberação acusatória da oposição udenista e da mídia”. Assinalou que o povo compreendeu o momento e elegeu Lula para implantar esse estágio, mas

ressaltou que o processo tem sido tocado “com prudência excessiva, atemorizado pelas ameaças”.

– Primeiro foi necessário reconstruir o Estado desmanchado e, depois, aos poucos, implantar o Bolsa Família, o salário mínimo palpável, o Fundeb [fundo para manutenção e desenvolvimento da educação básica], a agricultura familiar, a reforma agrária mais rápida, o microcrédito, o ProUni [Programa Universidade para Todos], as cotas universitárias, o desenvolvimento do Nordeste. E o povo vai reconhecendo – sustentou o parlamentar.

Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) contestou as colo-



Saturnino diz que o atual governo está implantando projeto de nação

cações de Roberto Saturnino. Já Pedro Simon (PMDB-RS) frisou que no campo da ética e da moral o governo Lula fracassou. Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse concordar com Saturnino, e Heráclito Fortes (PFL-PI) recomendou que o orador tomasse cuidado com comparações, pois o presidente Lula já havia comparado Newton Cardoso a Pelé.

José Jorge: “Lula aceita adesão até de Fernando Collor”

O senador José Jorge (PFL-PE), candidato a vice-presidente da República pela coligação PSDB-PFL, alertou ontem para a possibilidade de o ex-presidente Fernando Collor, agora candidato a senador por Alagoas, ser eleito pregando seu apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição. Citando análises políticas de



José Jorge diz que, se reeleito, Lula fará “projeto de anistia aos cassados”

veículos da imprensa, entre eles o *blog* assinado pelo jornalista Josias de Souza, o parlamentar enfatizou que Lula já faz campanha como presidente reeleito, aceita qualquer adesão e formu-

la a volta do ex-ministro e deputado cassado José Dirceu.

– Seria um projeto de anistia para cassados como José Dirceu e Roberto Jefferson – ressaltou, afirmando que alguns assessores de Dirceu já estariam trabalhando novamente na Presidência da República.

José Jorge criticou ainda o presidente Lula por atribuir a corrupção no país à falta de uma reforma política. Conforme afirmou, Lula jamais enviou proposta de reforma ao Congresso e nem sequer dirigiu apoio a proposições aprovadas no Senado.

Dez depoimentos devem ser prestados nesta semana para auxiliar nas investigações sobre esquema das ambulâncias; Ney Suassuna se defende em Plenário

Luiz Antônio Vedoin depõe hoje no Conselho de Ética

O empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio-proprietário da Planam, depõe hoje, a partir das 11h30, perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Responderá a perguntas sobre a suposta participação de três senadores na máfia que vendia ambulâncias e equipamentos médicos superfaturados a prefeituras e outros órgãos públicos.

Vedoin é tido como o chefe do esquema pela Justiça, pela Polícia Federal (PF) e pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Sanguessugas, cujo relatório parcial aponta os três parlamentares como envolvidos nas fraudes. Também prestarão depoimento o pai e sócio de Luiz Antônio na Planam, Darci Vedoin, e o empresário Ronildo Pereira Medeiros.

A partir das informações prestadas pelos três à Justiça, à PF e à própria CPI, a comissão parlamentar de inquérito decidiu investigar suposta participação nas fraudes dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Assessora do ministério

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pretende ouvir dez depoimentos nesta semana para ajudar na investigação dos processos disciplinares contra os senadores. Nove dessas oitivas haviam sido anunciadas pela Agência Senado, mas faltava a confirmação do nome da assessora do Ministério da Saúde Marilane Cavalcanti de Albuquerque. Ela vai falar amanhã, quando serão tomados os depoimentos



Integrantes do Conselho de Ética aprofundam apurações sobre compra de ambulâncias

de outras seis pessoas.

Amanhã, a partir das 10h, estão previstas sete oitivas. Entre as primeiras está a do presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que deverá prestar informações ao colegiado sobre investigações já realizadas pela CPI. Na mesma reunião, será ouvido o deputado federal Lino Rossi (PP-MT), que está sendo investigado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara e pela CPI dos Sanguessugas por participação no esquema de fraudes. Em seguida, os membros do Conselho de Ética ouvem Marcelo Cardoso de Carvalho, ex-assessor de Ney Suassuna.

A ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino também será ouvida amanhã. Acusada de intermediar o esquema no ministério, ela esteve presa em Cuiabá e, em depoimento à Polícia Federal, identificou vários parlamentares que teriam participado da fraude, além do próprio Vedoin, apontado como chefe da máfia das ambulâncias. No

mesmo dia, falará aos integrantes do conselho a assessora Marilane Cavalcanti de Albuquerque.

O Conselho de Ética marcou ainda para amanhã o depoimento de Paulo Roberto Ribeiro, genro de Serys, acusado por Luiz Antônio Vedoin de ter recebido dinheiro da máfia em nome da parlamentar. O último depoimento previsto para amanhã é o de Ivo Marcelo Spínola da Rosa, genro de Darci Vedoin e acusado de fazer parte da máfia das ambulâncias.

Os depoimentos têm o objetivo de auxiliar nas investigações que estão sendo conduzidas pelos relatores Jefferson Péres (PDT-AM), Demostenes Torres (PFL-GO) e Paulo Octávio (PFL-DF). Os três estão conduzindo, respectivamente, os processos disciplinares contra Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Slhessarenko.

Antes de tomar os depoimentos marcados para hoje, o Conselho de Ética realizará uma reunião administrativa a fim de que os relatores apresentem os seus planos de trabalho.

Convocação de ex-ministros está na pauta

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas tem reunião prevista para hoje, a partir das 15h, para votar cerca de 130 requerimentos e discutir assuntos administrativos. Além de examinar documentos para quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de empresas e pessoas acusadas de envolvimento com a máfia das ambulâncias, o colegiado poderá votar pedidos do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) de convocação dos ex-ministros da Saúde Humberto

Costa e Saraiva Felipe para prestarem esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante suas gestões. Outro requerimento que também pode ser votado pela CPI, do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), convoca José Serra, ex-ministro da Saúde e ex-prefeito de São Paulo.

Na manhã de ontem, o sub-relator do Poder Executivo, deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), dedicou-se a revisar os requerimentos por ele apresentados à CPI dos Sanguessugas.

O presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia, autorizou a apresentação de novos pedidos até a tarde de ontem. Biscaia informou que, conforme previsão regimental, os requerimentos serão discutidos e votados pela ordem em que foram apresentados à comissão. No entanto, destacou que, se houver solicitação de algum parlamentar e concordância do colegiado, essa ordem poderá ser alterada para antecipar a votação de alguns desses documentos.

Suassuna diz que não é “homem de dossiês” e contesta revista

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) contestou ontem matéria da revista *Veja* desta semana a qual afirma que ele teria ameaçado com dossiês os senadores José Sarney (PMDB-AP), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romeu Tuma (PFL-SP) caso não se livre do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em que é investigado por recomendação da CPI dos Sanguessugas.

– Não sou homem de dossiês, de ameaças, de recadinhas e não me sinto abandonado pelo meu partido. O que quero é justiça e que ela seja célere – disse.

De acordo com Suassuna, “as insinuações maldosas permeiam toda a matéria” da revista. Ele ponderou que leu todos os depoimentos de todos os investigados pela CPI dos Sanguessugas, mas lá não consta que seu ex-assessor Marcelo Cardoso de Carvalho tenha dito que o senador soubesse do esquema de liberação de emendas para saúde em troca de dinheiro.

– Pelo contrário, ele sempre deixou evidente que eu não sabia e que jamais lhe dei qualquer ordem ilegal – acrescentou.

Ney Suassuna voltou a criticar a CPI dos Sanguessugas por não lhe ter dado oportunidade de defesa. Reafirmou que não existem provas de que os principais investigados pela CPI e pela Polícia Federal (pai e filho Vedoin) tenham conversado com ele, pessoalmente ou por telefone.

– Estiveram no meu gabinete? Não! Encontraram-se comigo dentro ou fora do Senado? Não!

Wellington nega que Suassuna tenha feito ameaças a senadores

Wellington Salgado (MG), líder do PMDB, afirmou que Ney Suassuna não fez nenhuma ameaça aos senadores José Sarney, Renan Calheiros e Romeu Tuma, como noticiou a revista *Veja*.

Wellington Salgado disse que esteve no gabinete de Suassuna há uma semana, para se informar sobre os trabalhos da liderança do PMDB, pois o representante paraibano havia deixado o cargo.

– Participei de uma conversa de uma hora com o senador Ney Suassuna. Eu o conheci antes que ele se tornasse político. Homem que veio de baixo, um lutador. Aí



Conforme Suassuna, assessor “deixou claro que jamais lhe dei ordem ilegal”

Fizeram comigo algum tipo de acordo ou tratativa? Não! Pagaram a mim qualquer valor ou comissão em espécie, bens ou serviços? Não! Fizeram algum depósito em conta corrente de minha propriedade ou de minha família? De algum filho? Irmão? Mulher? Parente? Não! Não! Não! – afirmou.

Para o senador, o que existe “são sórdidas suposições que não se sustentam por não se apoiarem em dados fáticos”. Disse não admitir que as “palavras de bandidos confessos possam suprir a ausência de provas” que serviriam para determinar sua suposta participação no esquema sanguessuga. Ao final, o senador pela Paraíba recomendou que o Conselho de Ética analise a evolução patrimonial de seu ex-assessor Marcelo Cardoso de Carvalho.

Em apartes, Wellington Salgado (PMDB-MG) também contestou a versão de *Veja*; Ideli Salvatti (PT-SC) pediu rapidez no Conselho de Ética, enquanto Almeida Lima (PMDB-SE) ressaltou que examinará o processo pelo lado jurídico, e não politicamente.

plantam na revista essa história de que ele teria lido para mim cartas acusando Sarney, Renan e Romeu Tuma. Não houve qualquer carta – sustentou.

Em aparte, Romeu Tuma disse que “quando se investiga com dignidade e respeito, investiga-se para apurar a inocência da pessoa e não para acusá-la. Como há conflitos entre os funcionários do gabinete dele [de Suassuna], estou tentando esclarecer a situação. Até agora, ninguém acusou o senador Ney Suassuna, nem mesmo seus funcionários”, assinalou Tuma.

Ideli comemora operações da Polícia e da Receita Federal

O resultado de duas operações realizadas pela Polícia Federal (PF) – que culminaram com a prisão de uma quadrilha que se preparava para assaltar dois bancos em Porto Alegre e de fiscais do Ibama do Rio de Janeiro que estavam falsificando laudos ambientais – foi comemorado ontem por Ideli Salvatti (PT-SC). Ela também aplaudiu a iniciativa da Receita Federal de cruzar dados fiscais de pessoas físicas com suas faturas de cartões de crédito, o que implicou multa a 900 contribuintes que, ao mesmo tempo em que pagaram milhares de reais nas contas de seus cartões, declararam-se isentos do pagamento do Imposto de Renda.

– A Receita descobriu um cidadão que tinha se declarado isento, mas tinha pago faturas de aproximadamente 232 mil reais.

Sobre a prisão de um terço dos fiscais do Ibama, a senadora disse que foi uma demonstração de



Ideli: no governo Lula, PF atua “de forma republicana” e está no caminho certo

como a PF tem atuado durante o governo Lula, “de forma republicana”, prendendo quem deve ser preso, independente de filiação partidária ou outra implicação política. Já a prisão da quadrilha em Porto Alegre foi considerada por Ideli como um duro golpe no crime organizado. Ela afirmou que “as forças de repressão do Estado estão no caminho certo quando conseguem reaver ou dificultar que criminosos tenham acesso ao dinheiro roubado”.

Alvaro condena uso eleitoral de ações de combate ao crime

Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou um eventual aproveitamento eleitoral das ações da Polícia Federal pelo governo. Ele considerou a ação rigorosa da PF indispensável para alimentar a idéia de que a impunidade pode ser combatida no país.

– Mas é preciso dizer que há um esforço incrível de alguns setores do governo para aproveitar eleitoralmente a ação da Polícia Federal. Isso queremos condenar. A Polícia Federal não tem partido. Portanto, essa ação competente não é sentença judicial de absolvição para quem eventualmente tenha praticado atos de corrupção no governo Lula – declarou.

Com base em dados da ONG Transparência Internacional, Alvaro afirmou que, se o índice de corrupção no Brasil fosse igual ao da Dinamarca, a renda *per capita* no país seria 70% maior.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou um posicio-



Ação competente da Polícia Federal não absolve corruptos, afirma Alvaro Dias

namento do Judiciário sobre os episódios de corrupção investigados pela CPI dos Correios e já denunciados ao Supremo Tribunal Federal.

Alvaro também disse lamentar que, enquanto a carga tributária no país chega a quase 40% do PIB, na China, outra economia emergente, esse comprometimento estaria em 16%, e que, em 2005, os investimentos em infraestrutura teriam ficado limitados a R\$ 3 bilhões.

Limite de empréstimos do Bird a países com governos envolvidos em corrupção não vai atingir o Brasil, segundo Briscoe, pois o país “está em processo de combate a essas práticas”

“Brasil não é um país corrupto”, afirma diretor do Banco Mundial

O diretor do Banco Mundial (Bird) para o Brasil, John Briscoe, disse ontem, após reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, que o Brasil não é considerado um país corrupto. Há dez dias a instituição anunciou que limitará empréstimos a países com governos envolvidos em corrupção. Briscoe lembrou que o Brasil já está em um processo de combate a essa prática, com a participação inclusive dos próprios governantes.

– Há no Brasil muitas coisas vindo à superfície; isso é sinal de uma democracia cada vez mais aberta, transparente, com uma população mais atenta. Mas o combate à corrupção é

um processo, não acontece de um dia para o outro – assinou, destacando que o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) permite uma das mais modernas gestões de orçamento público do mundo.

O diretor do Bird informou que conversou com Renan também sobre o aumento da participação do banco junto aos seus países membros, a fim de lhes proporcionar maior governabilidade. Esse será o assunto da reunião anual entre a instituição e o Fundo Monetário Internacional (FMI), neste mês, em Cingapura, cujo tema é: “Fortalecendo o Compromisso do Banco Mun-

dial com a Governabilidade e o Combate à Corrupção”.

Segundo Briscoe, o Bird deve estreitar os laços com o governo brasileiro – a seu ver, atualmente quase restritos ao âmbito do Executivo –, por meio do Congresso, do Poder Judiciário e da própria sociedade civil, visando ajudar o Brasil na resolução de seus problemas, entre eles o desempenho dos serviços públicos.

– O Brasil tem de melhorar o funcionamento do setor público para garantir a redução da pobreza e impulsionar o desenvolvimento econômico. O povo brasileiro paga por serviço de hotel cinco estrelas e recebe tratamento de três – afirmou.

ACM critica Lula por faltar a debate de *O Globo*

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o presidente Lula, candidato à reeleição, por não ter participado do debate proposto pelo *site* do jornal *O Globo*. Para ACM, Lula teria “fugido ao debate por ser incompetente, desonesto e incapaz de responder às perguntas dos jornalistas”.

– É por isso que o PT pediu que o Tribunal Superior Eleitoral proíba o PSDB de citar escândalos envolvendo o governo no horário eleitoral. É inacreditável. O programa do PSDB iria chamar o presidente de leniente com os recursos públicos, não de ladrão. Se o escândalo existe, por que não citá-lo? – indagou.

Antonio Carlos também criticou afirmação feita pelo presidente a vários jornais, na qual Lula teria dito que “só fatores extraterrestres vão nos impedir de cumprir os compromissos”. O senador afirmou que a declaração “demonstra o despreparo de Lula e leva o país



Para Antonio Carlos, Lula não tem condições de exercer a Presidência da República

ao ridículo internacional”.

Fazendo referência ao livro *Viagens com o presidente*, dos jornalistas Leonêncio Nossa e Eduardo Scolese, Antonio Carlos criticou atitudes do presidente – entre elas críticas ao Chile e ao presidente da Argentina, Néstor Kirchner – para salientar que Lula

não tem condições de exercer a Presidência da República.

Prometeu ainda que, por ocasião da votação do crédito extraordinário de R\$ 5,6 bilhões para obras de reforma de estaleiros da Transpetro, irá apresentar documentos que comprovam que o PT estaria envolvido em irregularidades.



Almeida Lima cobra explicações de Marcelo Deda e de José Eduardo Dutra

Almeida Lima: candidato a governador de Sergipe realizou obra superfaturada

Comentando matéria publicada pelo jornal *Ciniform*, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) criticou ontem, em Plenário, o ex-prefeito de Aracaju Marcelo Deda por executar, sem licitação nem contrato, obra de urbanização de uma avenida da capital

sergipana ao custo de R\$ 20 milhões. Deda também é candidato ao governo de Sergipe.

As irregularidades, segundo o jornal, incluem o uso de um contrato com validade expirada, assinado em 1996 pela prefeitura de Aracaju com a Construtora

Queiroz Galvão, e foram detectadas por auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

Almeida Lima criticou também o ex-presidente da Petrobras José Eduardo Dutra, candidato do PT a senador por Sergipe.

– José Eduardo Dutra preci-

saria estar aqui dando as explicações de suas contas no TCU, decorrentes de sua administração na Petrobras, com inúmeros contratos superfaturados, não pelas minhas palavras, mas pelas palavras do tribunal – disse o senador.

Representante da Abert defende lei específica para as telecomunicações, de modo a facilitar a introdução das novas tecnologias, como a TV digital

Conselho de Comunicação estuda marco regulatório para o setor

A atualização das leis que regem as atividades de comunicação no país foi defendida ontem pelo representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Evandro Guimarães, durante audiência pública no Conselho de Comunicação Social (CCS) que discutiu o marco regulatório do setor.

Segundo Evandro Guimarães, os dispositivos legais que normatizam as atividades de radiodifusão devem estar separados da legislação que trata dos serviços de telecomunicações, a fim de não prejudicar a adoção das inovações resultantes da convergência tecnológica e da implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Dirigida pelo presidente do conselho, Arnaldo Niskier, a audiência contou com a participação do presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação, João Carlos Saad, e dos conselheiros Roberto Wagner Monteiro e

Paulo Tonet Camargo, respectivamente coordenador e relator da Comissão do Marco Regulatório, instituída pelo conselho.

O colegiado trabalha na definição de conceitos que irão esclarecer como os serviços de informática, internet, telecomunicações e radiodifusão deverão ser abordados no âmbito da comunicação.

Mudanças

Evandro Guimarães citou alguns aspectos que diferenciam as atividades comuns de radiodifusão dos serviços de telecomunicações, que incluem aqueles oferecidos pelas emissoras de TV a cabo, operadoras telefônicas e empresas de internet, entre outros.

De acordo com o representante da Abert, as atividades de radiodifusão são tratadas na Constituição federal (artigos 220 a 224), enquanto alguns serviços de telecomunicações oferecidos por TVs por assinatura ainda não

contam com legislação própria.

Na avaliação de João Carlos Saad, as distorções existentes na legislação precisam ser corrigidas para propiciar o surgimento de um ambiente empresarial que favoreça a diversidade, a pluralidade e a capacidade de criação de conteúdo nacional.

Em sua exposição, o conselheiro Roberto Wagner Monteiro destacou a necessidade “extrema” de regularização dos serviços de telecomunicações. Segundo ele, as distorções existentes podem comprometer a prestação de serviços e colaborar para a manutenção de “vácuos” jurídicos no país.

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a definição do marco regulatório no Brasil precisa levar em conta todas as categorias profissionais. Ressaltou que há setores interessados em controlar a comunicação e criar restrições ao trabalho da imprensa investigativa.



Presidente do colegiado, jornalista Arnaldo Niskier (terceiro à esquerda) acompanha a exposição do especialista Gustavo Gindre

Especialista defende a produção regional

O Código Brasileiro de Radiodifusão, de 1962, está defasado, além de ser conservador em sua origem, e não estar preparado para o cenário atual de convergência tecnológica, necessitando, por isso, ser revisado. A afirmação foi feita na audiência pública, na parte da tarde, por Gustavo Gindre, representante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – e membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Segundo Gindre, “não há em outros países um paradigma de sucesso a ser imitado, pois o cenário das comunicações é mutável e complexo e nenhum país resolveu a questão completamente”.

– O Brasil tem a tarefa histórica

de recuperar agendas perdidas. Não temos plena liberdade de imprensa. Os meios de comunicação são concentrados. A cultura regional é vista como problema e não como patrimônio. Não cumprimos a agenda de comunicação do século 19 e do século 20.

Ele afirmou que no país ainda não se cumprem os índices de obrigatoriedade de produção regional e as cotas de produção independente; não há definição sobre o que é monopólio e oligopólio; e o acesso à TV paga e à leitura de jornais ainda é restrito.

Para Gindre, a principal falha do Brasil está em tratar o bem público como privado e na não-

compreensão de que o espectro eletromagnético é um bem público, e sua utilização deveria ser discutida pela sociedade.

Por sua vez, Luiz Alberto Santos, responsável pela Coordenação da Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República, informou que o governo Lula, se reeleito, pretende apresentar nova proposta ao Congresso Nacional, em 2007, a partir de um anteprojeto elaborado por comissão interministerial.

– É preciso estabelecer uma política de comunicação eletrônica. O quadro atual é disperso, pois há falta de clareza dos papéis dos diversos agentes, que são exercitados de forma desconexa.

Bornhausen pede ações do governo em favor dos pescadores

Ao solidarizar-se com pescadores e caminhoneiros de Itajaí (SC) que promoveram um protesto contra o governo federal em virtude do alto preço cobrado pelo óleo diesel, Jorge Bornhausen (PFL-SC) lamentou a ausência de iniciativas do Executivo para melhorar a vida dos que sobrevivem da pesca.

O senador observou que a principal medida na área tomada pelo governo Lula – a criação da Secretaria Nacional da Pesca – foi inócua devido ao fato de que o titular da pasta, José Fritsch, foi nomeado por critérios políticos.

– Vivendo a 800 quilômetros do litoral, Fritsch foi escolhido sem



Roosevelt Pinheiro

Para Bornhausen, Fritsch foi escolhido por critérios políticos e não é qualificado

os conhecimentos necessários. A única característica que pode ter sido vista pelo presidente da República é o fato de ter disputado e perdido uma eleição pelo PT em Santa Catarina.

Segundo Bornhausen, cerca de 300 embarcações pesqueiras fecharam o porto de Itajaí. O movimento teve a adesão de motoristas de caminhões frigoríficos.

Leonel Pavan apóia protesto de setor pesqueiro no Sul

Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou seu apoio a um protesto do setor pesqueiro de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, realizado ontem, contra o alto custo do óleo diesel usado nas embarcações. Para ilustrar o impacto da questão sobre a competitividade do produto nacional, Pavan revelou que os pescadores brasileiros pagam R\$ 1,79 por litro do combustível e têm de arcar com 22% de imposto ao vender seus pescados para São Paulo.

O senador acrescentou que o combustível representa 70% do custo da pesca no país. Ele comentou que o litro de diesel na Argentina custa menos da



Moreira Matiz

Combustível representa 70% do custo da pesca no país, destaca Pavan

metade que no Brasil “e o pescado argentino chega ao mercado paulista livre de impostos”.

– Espero que esse protesto chame a atenção do governo para a necessidade de ações no setor, que gera mais de 50 mil postos de trabalho em Santa Catarina – afirmou.

Em aparte, Flávio Arns (PT-PR) respondeu às críticas listando iniciativas do governo na área social.

Motta presta homenagem a Moacyr Dalla

João Batista Motta (PSDB-ES) lamentou ontem o falecimento do ex-senador Moacyr Dalla, ocorrido no Espírito Santo no dia 20 de agosto. Ele ressaltou que Dalla foi o único capixaba a chegar à Presidência do Congresso.

Como exemplo da atuação do ex-senador, Motta citou seus esforços pela obtenção de recursos para a duplicação da BR-101 e pela construção da ponte que liga Vitória a Vila Velha.

– O Espírito Santo jamais esquecerá o ilustre capixaba que foi Moacyr Dalla – registrou o senador, que foi apoiado por Marcos Guerra (PSDB-ES).



Roosevelt Pinheiro

Motta: crise pela qual passa a Volkswagen não se resume à indústria automobilística

Motta comentou ainda a crise por que passa a montadora Volkswagen, cuja fábrica do ABC Paulista ameaça demitir funcionários e fechar. “A crise não se resume à indústria de automóveis. Todos estão no mesmo barco, e o presidente Lula sabe muito bem disso, mas prefere enganar o trabalhador brasileiro”, disse.